



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os desafios para o desenvolvimento rural e comunitário: uma análise socioeconômica de uma comunidade ribeirinha de Manaus/AM/Brasil

SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa,

Pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental Silva, Manaus/AM, Brasil,

E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br

GUIMARÃES, Rosangela dos Reis

Pesquisadora da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus/AM, Brasil

E-mail: rosangela.reis@embrapa.br

MERIGUETE, Indramara Lôbo de Araújo

Analista da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus/AM, Brasil

E-mail: indramara.araujo@embrapa.br

PINHEIRO, José Olenilson Costa,

Pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental Silva, Manaus/AM, Brasil,

E-mail : josé.pinheiro@embrapa.br

BRITO, Verônica Fernandes Silva de,

Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica PAIC/Embrapa/Fapeam, Manaus/AM, Brasil.

E-mail: veronicafernandes15@gmail.com

RESUMEN

Este trabalho é o resultado do estudo em uma comunidade ribeirinha, localizada na zona rural do Município de Manaus, que concentra 70% da população do Estado do Amazonas. O estudo busca orientar a introdução de projetos de transferência tecnológica voltados ao desenvolvimento rural e comunitário. A abordagem multidisciplinar utilizada forneceu a compreensão dos fatores limites e produziu um plano que vem orientando as ações sociais, tecnológicas, econômicas e políticas necessárias para o desenvolvimento e bem-estar coletivo da comunidade. Com base em metodologias participativas, foram colhidas informações de forma coletiva e individual, as quais buscaram identificar a história, os territórios, os agentes que influenciam a comunidade e os aspectos relacionados à produção, a tecnologias e à estrutura socioeconômica. Os dados mostram que os agricultores, historicamente, trabalharam a terra, a floresta e a água. São ribeirinhos, que, na década de 1970, foram proibidos de exercer suas atividades produtivas, devido à ação do exército, que passou a realizar treinamento militar naquelas áreas. Nesse período, 150 famílias, aproximadamente 600 pessoas, moravam na comunidade vivendo da agricultura, da pesca e do extrativismo. Essa produção era essencial para o abastecimento da cidade de Manaus. A proibição das atividades agroextrativistas por parte do exército causou o êxodo rural dos moradores, permanecendo apenas sete famílias, aproximadamente 28 pessoas, na localidade. Atualmente, são 52 famílias que, com o apoio da Caritas Arquidiocesana de Manaus, do Ministério Público Federal e de outras instituições, conseguiram o título de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), recebido oficialmente no dia 4 de agosto de 2013. Os resultados mostram que o cerceamento do acesso à terra e às atividades produtivas forçaram muitos agricultores a procurarem outras alternativas de renda. A saída foram as atividades remuneradas nas fábricas e no comércio de Manaus, que



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

dificultaram a troca de conhecimento relacionado à agricultura, ao extrativismo e à pesca. Sendo assim, a atividade agrícola deixou de ser a principal atividade da comunidade. O projeto de transferência conduzido pela Embrapa, com base nessa realidade, vem sendo construído a partir de uma abordagem sistêmica, com a introdução de tecnologias produtivas, tendo como base a sustentabilidade ambiental e social e as práticas mercadológicas. Os resultados mostram que a tecnologia permite viabilizar as práticas agrícolas, extrativistas e sociocomunitárias, ensejando superação de situações de vulnerabilidade social e ambiental. Portanto, o estudo apresenta um modelo de transferência tecnológica para desenvolvimento rural e agrícola de comunidade ribeirinha no Amazonas.

ABSTRACT

This work is the result of the study in a riverside community, located in the rural area of the municipality of Manaus that concentrates 70% of the population of the State of Amazonas. The study seeks to guide the introduction of technology transfer projects aimed at rural and community development. The multidisciplinary approach used provided the understanding of the limiting factors and produced a plan that has been guiding the social, technological, economic and political actions necessary for the development and collective well-being of the community. Based on participatory methodologies, information was collectively collected and individuals who sought to identify the history, territories, agents that influence the community and aspects related to production, technologies and socioeconomic structure. Data show that farmers have historically worked the land, the forest and water. They are riverside, which in 1970 were prohibited from carrying out their productive activities, due to the action of the army, which happened to carry out military training in those areas. During this period, 150 families, approximately 600 people lived in the community living in agriculture, fishing and extrativism. This production was essential for the supply of the city of Manaus. The prohibition of the agro-extractive activities by the army caused the rural exodus of the inhabitants, remaining only 7 families, approximately 28 people in the locality. Currently, 52 families with the support of Caritas Arquidiocesana de Manaus, the Federal Public Prosecutor's Office and other institutions have obtained the title of Real Use Right Concession (CDRU), officially received on August 4, 2013. The results show that the restriction of access to land and productive activities, forced many farmers to seek other income alternatives. The exit was the activity paid in the factories and commerce of Manaus, that made difficult the exchange of knowledge related to agriculture, the extrativism and the fishing. Thus, agricultural activity ceased to be the main activity of the community. The transfer project conducted by Embrapa, based on this reality, has been constructed from a systemic approach, with the introduction of productive technologies based on environmental and social sustainability and market practices. The results show that the technology allows for the feasibility of agricultural, extractive and socio-community practices, leading to overcoming situations of social and environmental vulnerability. Therefore, the study presents a technological transfer model for rural and agricultural development of the riverside community in Amazonas.

Palabras clave: Desenvolvimento, comunidade rural, extrativismo

Keywords: Development, rural community, extrativism



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

O desenvolvimento é um conceito que envolve muitos atores, entre eles agricultores/ribeirinhos e instituições, ou seja, significa que a transformação da realidade, a melhoria das condições socioeconômicas e o alcance do bem-estar individual e coletivo são fatores importantes nesse contexto. Sem entrar nesse debate e sem focar numa escola específica, apresentamos, no presente texto, alguns elementos que podem influenciar no desenvolvimento de comunidade de agricultores e ribeirinhos, tendo como foco uma comunidade localizada na região rural da cidade de Manaus: a comunidade de São Francisco do Mainã.

Como conceito de desenvolvimento rural, adotamos como orientação a formulação presente no documento de referência da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, realizada em 2013. Esse documento diz que o desenvolvimento rural não pode ser entidade somente como modernização agrícola, industrialização ou urbanização do campo. Ele precisa ser compreendido como a criação e o fortalecimento da capacidade humana, aumentando o protagonismo das comunidades, de forma que estas busquem as melhorias necessárias para o seu bem-estar, com modificações em suas relações com o estado, o mercado e a sociedade (BRASIL, 2013).

Como referência principal adotamos o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen (SEN, 2010; 2011) e as reflexões sobre agricultura familiar de Wanderley (1999), Schmitz e Mota (2006), Meneghetti e Souza (2015), Uchoa et al. (2015), Noda e Noda (2003), Noda et al. (2007), Pereira et al. (2015) e Maluf (2002), principalmente, tentando apontar teoricamente a concepção de agricultura na Amazônia.

O debate relacionado ao desenvolvimento rural é extremamente necessário, principalmente em um estado onde a opção pelo modelo de industrialização e urbanização produziu um grande processo de êxodo rural, o que consequentemente impacta diretamente no aspecto produtivo do Amazonas.

A opção pelo modelo Zona Franca de Manaus acumulou diversas conquistas e impactos que modificaram a fisionomia do estado. Esses impactos foram elencados por Maciel (2003) como: a) redução da importância do setor primário para a economia do Estado; b) crescimento populacional vertiginoso da cidade de Manaus; c) concentração das atividades econômicas na cidade de Manaus; d) estagnação econômica do interior; e) reestruturação das atividades econômicas do Amazonas; f) dependência do modelo de desenvolvimento ZFM. Para Silva (20015, p. 239), “o Amazonas não consegue avançar em relação ao setor primário”, configura-se com uma produção que “não se coaduna com as necessidades da população. Por isso o Amazonas (capital e interior) importa peixes, leite, laticínios, verduras, frutas, bebidas, feijão, frango, arroz, carnes, farinha e cheiro verde”. Continua o autor: “o interior produz muito pouco, quase nada”.

Compreender a influência socioeconômica das opções dos estados brasileiros sobre as comunidades rurais amazônicas constitui uma importante informação, já que tecnologia e inovação são importantes mecanismos para o desenvolvimento rural.

Para alcançar os objetivos propostos adotamos a metodologia quantitativa e descritiva, como forma de alcançarmos elementos quantitativos relacionados à realidade socioeconômica e formatarmos um perfil da comunidade. Além disso, debruçamos sobre os documentos e escritos produzidos sobre a região onde a comunidade está localizada.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Como resultado, identificamos que o estágio atual da comunidade é consequência de um processo histórico marcado pela prevalência de projeto voltada ao atendimento de demandas externas em detrimento das comunidades de agricultores/ribeirinhos da região, e que um processo de desenvolvimento rural precisa necessariamente partir de um arranjo capaz de suprir múltiplas demandas da comunidade, incentivar o protagonismo dos agricultores/ribeirinhos e potencializar os recursos naturais existentes no território.

Portanto, o presente artigo pretende apresentar alguns elementos que contribuem para reflexões do mundo rural do Amazonas e principalmente indicar caminhos para orientação à implantação de programas e projetos em comunidade de agricultores/ribeirinhos do estado.

II. Marco teórico/marco conceptual

O desenvolvimento como conceito está fortemente ligado à perspectiva de superação de limitação e da necessidade de alcançar certos patamares estabelecidos por organismos internacionais, nacionais e por intelectuais que se dedicam ao estudo da temática, como o estudioso da temática e ganhador do prêmio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen. As abordagens de Sen vinculam a ideia de desenvolvimento ao alargamento das liberdades reais, ou seja, a eliminação de privações que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas. Um dos estudiosos do pensamento de Amartya Sen diz que o modelo de desenvolvimento ganha legitimidade à medida que possibilita a integração

“... pessoas, as instituições e os demais agentes sociais na busca da superação das graves desigualdades, simbolizadas no analfabetismo endêmico e nos governos ditatoriais, e na estruturação de uma estrutura de relações políticas que preserve e aprimore a democracia, fomentando os mecanismos de organização, participação e decisão, que fortaleça e incentive a atuação dos seus membros na condição de agentes e o desenvolvimento das capacidades de cada um, o que aprimora e valoriza o poder de escolha” (ZAMBAM, 2012, p. 122).

Para Sen (2011, p. 381), como privações de liberdade estão a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a negligência dos serviços públicos, entre outros. Para o autor, o desenvolvimento como expressão da liberdade significa ir além das de uma visão material e econômica.

“a avaliação do desenvolvimento não pode ser dissociada da vida que as pessoas podem levar e da verdadeira liberdade que desfrutam. O desenvolvimento, dificilmente, pode ser visto apenas com relação ao melhoramento de objetos inanimados de conveniência, como um aumento do PIB (ou da renda pessoal) ou a industrialização – apesar da importância que possam ter como meios para fins reais. Seu valor precisa depender do impacto que eles têm nas vidas e liberdades das pessoas envolvidas que necessita ser central para a ideia de desenvolvimento.”

No proceso de expansão das liberdades reais, a dimensão econômica é essencial, e o principal meio para o desenvolvimento, tendo relação com a liberdade substantiva na melhoria do bem-estar da vida humana, dos direitos e da expansão da liberdade. Para Sen (2010), liberdade



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

significa: Liberdades políticas – A participação e escolha dos governantes, bem como a fiscalização e crítica; Facilidades econômicas – O uso de recursos econômicos com o propósito do consumo, produção, troca e distribuição de renda; Oportunidades Sociais – A educação e a saúde evitam o analfabetismo e a morbidez; Garantias de Transparências – A necessidade de sinceridade inibe a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas; Segurança protetora – Disposições institucionais fixas, o que significa benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, distribuições de alimentos em crises de fome coletiva, o que significa não deixar que a população seja suprimida pela miséria, fome e a morte.

Uma importante contribuição de Sen está relacionada com a democracia, como uma das bases essenciais para o desenvolvimento. Para o autor, a importância das instituições deliberativas para consolidação do desenvolvimento. Tal aspecto é "um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (SEN, 2010 p. 52), uma vez que a participação é fundamental para o próprio desenvolvimento.

No pensamento de Sen, as liberdades políticas referem-se à oportunidade que as pessoas têm de determinar "quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos, etc." (SEN, 2010, p. 55).

Portanto, uma ação voltada para o desenvolvimento de comunidades rurais precisa assentar-se em proposta de ampliação da liberdade como formulada por Sen (2010), possibilitar capacidade possíveis de participação aos conjunto de agricultores/ribeirinhos.

Agricultura Familiar no Amazonas

Os números do censo agropecuário de 2005/2006 mostram que o Amazonas possui 67.955 estabelecimentos rurais, com área de 3.634.310 ha. Sendo que a agricultura familiar representa 91% dos estabelecimentos e 40,64% das áreas ocupadas (IBGE, 2006). Esses números mostram a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural do estado. Nesse sentido, é fundamental apresentarmos as reflexões relacionadas à agricultura familiar. Meneghetti e Souza (2015, p.43) explanam que o

“ espaço da agricultura familiar no Amazonas só pode ser entendido considerando alguns elementos que podem determinar sua existência, ou não, no futuro enquanto categoria social: a estrutura agrária, o ambiente físico e institucional em que ela está envolvida, o limite de uso da terra para o desenvolvimento de agricultores, a tecnologia que usa e a que poderia ser utilizada, o processo de inovação possível, o papel institucional da categoria enquanto produtora de alimentos para o Estado e, como último elemento, não menos importante que os anteriores, estão as expectativas das famílias em relação ao seu futuro, seu modo de vida e seu bem-estar. As políticas públicas, neste sentido, precisam ser debatidas e não apenas outorgadas.”

A agricultura familiar, enquanto categoria social, está altamente associada a valores tradicionais, familiares e ao ambiente. Para Wanderley (1999, p.44), a agricultura familiar possui um modo específico de organizar a produção, “cujo funcionamento tem como referência a própria



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estrutura familiar da unidade de produção”, e, assim, o “lugar da família” passa a ser a referência em todas as estratégias relacionada à reprodução social. Para Schmitz e Mota (2006, p.77), é uma “unidade complexa administrada pela família, abrangendo tanto o sistema de produção (com os subsistemas de cultivo, de criação, de extrativismo, de beneficiamento, etc.) como o sistema de consumo (reprodução), que são economicamente bem sintonizados”. Para os autores, nesse sistema, “a família toma as suas decisões tentando combinar da melhor maneira os recursos disponíveis – que dependem das condições do meio ambiente, como também do seu projeto futuro, dos preços dos produtos, da concorrência e de outras pressões externas”.

Meneghetti e Souza (2015, p.39), ao analisarem a agricultura familiar no Amazonas, concluem que “as estratégias de vida desses agricultores buscam antes garantir a produção para o autoconsumo e, posteriormente, vendem os excedentes”, e que essa realidade condiz com “agricultura indígena, de grande parte dos ribeirinhos e de parte significativa dos moradores das reservas extrativistas”.

Para Uchoa (2015, p. 3), a agricultura familiar amazonense “dentre suas características formativas apresenta-se como um sistema modificador, mas também conservador dos ecossistemas via desenvolvimento econômico, ocasionando poucos danos ao ambiente, trabalha-se o cultivo da terra para atender às necessidades da família, uma relação que favorece estratégias de resiliência local”.

Noda e Noda (2003, p.55) advogam que as “formas de produção da agricultura familiar têm em suas raízes a contribuição cultural das populações tradicionais”. Segundo os autores, deve-se a populações indígenas o desenvolvimento de “sistemas de manejo que integram a agricultura aos diversos ambientes e recursos da região amazônica”. Seriam as sociedades indígenas os principais agentes responsáveis pela atual paisagem amazônica (POSEY, 1986).

Noda et al. (2007, p.5) compreendem que a produção das unidade familiares envolver um conjunto de relações comunitária, ambiental e de mercado.

“os produtos gerados são consumidos pela unidade de produção familiar mantendo e reproduzindo o sistema (família e ambiente). Outra parte é compartilhada por outros membros da comunidade, através de uma rede cultural, social e econômica, que contribui significativamente para a estabilidade e permanência das comunidades rurais”. São as relações econômicas (reciprocidade) – doação e recebimento de productos – e as relações sociais de ajuda mútua – mutirão, troca de dia, roças e hortas comunitárias – culturalmente mantida pelos os membros da comunidade. O produto excedente não consumido pode ser colocado no Circuito do Mercado gerando renda monetária, o que permitirá a aquisição de bens não produzidos pela unidade de produção. Nesse circuito, o produto é transformado em mercadoria, ou seja, seu valor de uso é substituído pelo valor de troca. Esse fenômeno ocorre a partir do momento em que, ao atribuir um valor monetário ao produto, aliena-se os atributos sociais, econômicos e culturais geradores da sua produção”

Para Pereira et al. (2015, p.62), no Amazonas, a “demanda de trabalho em atividades de produção vegetal não é uniformemente distribuída ao longo do ano, permitindo mais tempo disponível para outras atividades de subsistência, como a pecuária, a pesca de subsistência e a caça”. Tal condição, segundo os autores, permite que o “o trabalho envolva todos os membros da família que podem trabalhar ativamente em todas as atividades de produção agrícola”. Sendo assim, “a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

agricultura permite uma exploração mais racional do trabalho familiar e produção de excedentes, sem implicar em uma forte concorrência com outras atividades de subsistência de uma família”.

Um aspecto considerado, ao analisar a agricultura familiar no Amazonas, é a multifuncionalidade (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012). Aspectos que também muitas vezes são tratados como pluriatividade (SCHEINDER, 2003). Nesse debate é importante considerar a observação apresentada por Pereira et al. (2015, p.62), em que, de

“modo peculiar, a multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar no Amazonas não necessariamente derivam da combinação de atividades agrícolas com atividades não tipicamente agrícolas, mas, sim, do manejo simultâneo de diversos recursos naturais e ecossistemas terrestres (terra firme) e aquáticos (várzea) e de atividades produtivas que combinam a agricultura e a pecuária com a exploração de recursos florestais, notadamente a exploração dos assim chamados produtos florestais não madeireiros (PFNM), a pesca e a caça”.

Para Maluf (2002, p. 311), a lógica de multifuncionalidade “rompe com o enfoque setorial e amplia o campo de funções sociais atribuídas à agricultura, que deixa de ser entidade apenas como produtoras de bens agrícolas”. Para o autor, o agricultor também se torna “responsável pela conservação dos recursos naturais – água, solos, biodiversidade e outros – e do patrimônio natural – paisagens – bem como pela qualidade dos alimentos”. Precisa considerar que a multifuncionalidade “estabelece uma ponte entre as atividades agrícolas e o território, ao levar em conta a articulação da agricultura com o desenvolvimento territorial” (MALUF, 2002, p.311).

Para Uchoa et al. (2015, p. 4), a agricultura familiar caracteriza-se como “as práticas de sociabilidade e utilização de técnicas tradicionais transmitidas de geração a geração, o trabalho do homem amazônico intimamente aliado às apropriações dos recursos naturais presentes na região”, o que produz “o entendimento que os espaços naturais são de uso comum e, portanto, devem ser conservados para o bem da coletividade”. É por isso que Pereira et al. (2015, p.61) dizem que as políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar precisam considerar toda a diversidade de grupos e comunidade existentes na Amazônia, pois “trata de um público diversificado em seus modos de vida e práticas culturais. Isso requer estratégias igualmente diversificadas e culturalmente sensíveis”.

Na verdade, o desenvolvimento rural precisa considerar a peculiaridade da realidade amazônica como um “processo social multifacetado e multidimensional de melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais, de eliminação das desigualdades econômicas e sociais no campo e de preservação do patrimônio ambiental existente para as novas gerações de brasileiros (BRASIL, 2013, p.14).

Os aspectos colocados acima exigem um aprofundamento do conceito de desenvolvimento rural, que, segundo o documento do 2ª CNDRSS, o desenvolvimento rural não pode está associado somente à modernização da produção agrícola, industrialização e urbanização. É necessário considerar o desenvolvimento

“...associado à ideia de criação de capacidades – humanas, políticas, culturais, técnicas etc. – que permita às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do estado, do mercado e da sociedade civil. Para tanto, é



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

indispensável que essas populações ampliem seu acesso a recursos materiais e simbólicos – terra, crédito, conhecimento e informações, organização etc, a bens e serviços – públicos e privados – e a oportunidades – de emprego, geração de renda, saúde, educação etc., originadas principalmente nas políticas públicas, mas também em mercados. Ademais, esse processo de ampliação de capacidades e de acessos que caracteriza o desenvolvimento deve também criar condições para que as populações possam precaver-se contra o aumento dos riscos – sociais, ambientais, econômicos, entre outros – normalmente associados a processos complexos de mudança social implícitos na consideração do desenvolvimento” (BRASIL, 2013, p.13).

Nesse debate relacionado ao desenvolvimento, o meio rural e a inovação constituem elementos essenciais, e também um “processo complexo, que muitas vezes está ligado a alterações profundas” quando são introduzidas nos sistemas complexos de produção da agricultura familiar amazonense (SCHMITZ;MOTA, 2005, p.77). Para Pereira et al. (2015, p. 69), muitas vezes as inovações demandam alocação de mão de obra e tempo dos agricultores, o que requer especialização. Isso pode representar um maior investimento “tempo de trabalho das famílias será pouco sustentável se não forem acompanhadas de estratégias compensatórias pela redução no repertório de estratégias econômicas das famílias”. É por isso que, para Schmitz e Mota (2005, p.77), o “desenvolvimento de tecnologias sem conhecimento da complexidade do sistema agrícola, não teria o resultado esperado”.

Portanto, a introdução de tecnologia em realidades complexas como a amazônica, principalmente, quando se trata de transferências de tecnologia alheias à realidade das comunidades, precisa considerar três princípios presentes no desenvolvimento participativo de tecnologia, mesmo que seja como horizonte e perspectiva de buscar adaptações e adesão aos produtos, no caso o cultivo do guaraná, já que a tecnologia já foi formulada e precisa somente ser repassada. Esses três aspectos são: a) a constatação de que o saber local é diferente do conhecimento científico formal; b) a constatação de que as prioridades dos agricultores e dos externos (pesquisadores e extensionistas) podem divergir significativamente; c) o reconhecimento de que as instituições da pesquisa formal e do desenvolvimento têm capacidade limitada para desenvolver uma multiplicidade de adaptações de tecnologias a contextos específicos, dada a ampla diversidade das condições dos agricultores pobres em termos de recursos no mundo inteiro ou até em um único país” (SCHMITZ; MOTA, 2005, p. 93).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, adotamos a pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Para Gil (2008), a pesquisa descritiva busca apresentar as características de determinada população ou fenômeno. Já a abordagem quantitativa permite a quantificação dos dados coletados (RICHARDSON, 1989), e o tratamento com técnicas estatísticas, além de possibilitar maior precisão dos resultados.

Os meios de investigação foram o levantamento bibliográfico, como forma de colher o máximo de informação produzida sobre a comunidade, e a pesquisa de campo, com a coleta de informação no local da investigação por meio de questionários semiestruturado (VERGARA, 2009).

Com o procedimento de coleta de informações, passou-se a acompanhar o processo de introdução da tecnologia de produção de guaraná, que utilizou, além das reuniões, os encontros e atividades de visitas técnicas. Colhemos informações da estrutura familiar, gênero, rendimentos e outros dados possíveis de quantificar. Nas observações, em momentos específicos, colhemos informações relacionadas ao processo de apropriação tecnológica por meio de conversas e entrevistas com os agricultores. As informações captadas por meio de instrumentos apontados possibilitaram a realização de uma análise quantitativa.

Área de abrangência

A área de estudo abrange as comunidades de Francisco do Mainã, localizadas na Bacia do Puraquequara, zona rural da cidade de Manaus. Segundo Rocha (2014, p. 21), as comunidades localizadas na Bacia do Puraquequara, situada na Zona Leste, estão na região a “aproximadamente 100 anos e surgiram na primeira metade do século XX, fundadas por famílias ribeirinhas que se instalaram às margens do Rio Amazonas”. Durante o período de “declínio da época áurea da borracha, em 1918, várias famílias de ribeirinhos instalaram-se no local, em áreas alagadas, dando origem a uma comunidade flutuante” (SILVA, 2010).

A participação nas reuniões, nos encontros e nas atividades técnicas permitiu maior interação com os membros das comunidades e participantes do projeto. Essa interação possibilitou registros das observações, respeitando o ambiente onde a pesquisa está sendo realizada. Como escreveram Fiorentini e Lorenzato (2009, p.107), “a coleta de dados é realizada junto aos comportamentos naturais das pessoas quando essas estão conversando, ouvindo, trabalhando, estudando em classe, brincando, comendo...”, pressupondo grande envolvimento do pesquisador na situação.

IV. Análisis y discusión de datos

O estudo realizado na comunidade de São Francisco do Mainã permite uma compreensão do que foi o impacto da economia colonial e exportadora para as comunidades na Amazônia. Os ciclos econômicos voltados para atender demandas externas nunca impulsionaram o desenvolvimento de fatores endógenos das comunidades ribeirinhas, ou seja, nunca possibilitaram que nascessem as “forças internas da sociedade; constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

econômicas, institucionais e políticas (BAVA, 1996, p. 58) capaz de criar um sistema autônomo para superar as limitações impostas pela sociedade capitalista.

O impacto dos ciclos econômicos, como a crise da borracha, levou centenas de pessoas a instalarem suas moradias mais próximas da capital. É por isso que os relatos dos moradores contam a história dos avós e pais, descendentes de nordestinos vindos de regiões produtoras de borracha, como o Madeira, Purus, Acre, Juruá, onde moravam, principalmente, nas margens dos rios. O estudo de Andrade (p. 35) mostra que as comunidades localizadas às margens do Rio Amazonas, próximas a Manaus, na região onde está a comunidade de São Francisco do Mainã, 90% dos moradores têm origem no interior do estado, mesmo que sua maioria não seja amazonense, ou seja, a origem da comunidade está relacionada à busca de melhores condições de vida, de terra, infraestrutura pública (saúde, educação e outros), demandas que persistem até os dias atuais.

Esse povo que busca uma nova alternativa diante do esfacelamento do mundo da borracha vai encontrar abrigo na beira do rio, na zona rural da cidade de Manaus, onde se encontraram novamente com as atividades que exerciam em suas antigas comunidades, como a pesca, a agricultura para o autoconsumo, criação de pequenos animais e o extrativismo vegetal. Segundo o Sr. Francisco, a comunidade sempre tirou sua “subsistência” da pesca e dos frutos, como açaí, abacaba, patoá, buriti, uxi e outros.

Para Andrade (2012, p. 36), no reencontro com as condições produtivas, em que o rio é o principal provedor de alimento, essas comunidades passam a fortalecer sua identidade e “moldam” uma visão de mundo onde têm uma “função social” para “além da função econômica de fornecer o peixe e servir de estradas para os meios de transporte fluvial”.

A dimensão e a importância do rio para o fluxo de navios e transporte de pessoas e riqueza da Amazônia inclui essas comunidades em uma nova atividade econômica, com alta demanda de mão de obra e recursos naturais. Durante algum tempo, em São Francisco do Mainã, tinha um porto de lenha, local onde os navios atracavam para serem abastecidos de lenha para chegarem ao estados do Acre ou Pará. Com o porto de lenha, a comunidade inclui-se em mais um ciclo econômico voltado a atender demanda externa, a custo principalmente dos recursos naturais, no caso a floresta.

A agricultura de baixa produtividade somente passou a ser uma alternativa, além do autoconsumo, com o fim do porto de lenha, já na década de 1950. A principal produção da comunidade foi a farinha de mandioca, no sistema corte e queima. Essa produção abastecia a cidade de Manaus. Segundo um comunitário, chegava-se a produzir mais de cem sacos por semana. O período agrícola da comunidade foi marcado pela criação do campo de trabalho, no governo de Plínio Ramos Coelho (1955 a 1959/1963 a 1964), no qual se incentivou a agricultura, foram abertas estradas e uma subprefeitura na região. Para os comunitários esse período foi marcado pelo incentivo ao trabalho e à produção.

O período de intenso trabalho agrícola encerrou em 1970, quando o governo do Estado do Amazonas doou as áreas onde estão as comunidades de Mainã e outras, para a construção do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). A instalação do CIGS provocou um êxodo nas comunidades, devido principalmente à restrição ao uso dos recursos naturais. O exército proibiu os moradores de cultivarem a terra, como diz seu Francisco “é um situação chata, porque a gente sempre trabalhou, sempre pescou, sempre viveu, tem uma vida, uma história tudo ali dentro e hoje nós estamos impedidos de exercer esse trabalho do que a gente tem uma necessidade muito grande”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Com a criação do CIGS, as comunidades passaram a viver sob forte tensão, sendo impedidas de circular em seu território, sob um ambiente marcado pelo medo de que a qualquer momento poderia ser expulso: “Teve uma notícia que correu que nos íamos sair daqui, nós íamos lá para o Rio Cuieiras, que foi aquele dilema medonho, foi uma agonia mais triste do mundo, todo mundo aqui ficando agoniado¹”.

A presença do exército no território inibiu e restringiu o acesso dos comunitários aos recursos naturais, como diz um depoimento:

“Hoje nós ficamos nesse vai e vem, não decide nada, prejudica caçar e pescar, proíbe a pescaria como se fosse viveiro dos militares e não é. E da natureza! Se começarem a proibir, como procurar o que comer? Todo mundo tem fome! Aí hoje que pra colocar um hectare de roca, não pode! Não pode fazer dois sacos de carvão e levar pra vender lá na escadaria pra inteirar o dinheiro no rancho porque o Ibama toma! Não pode caçar, não pode pescar! Não pode tirar madeira, Não pode fazer nada! A gente vai viver como?²”.

A presença do exército limitou o território das comunidades, entre elas São Francisco do Mainã. E durante mais de trinta anos, ela foi impedida de desenvolver atividade produtivas. O número de habitantes na comunidade, que, no período anterior à chegada do centro de instrução, era de 100 familiares na década de 1960, reduziu para 20 famílias nas décadas posteriores. Essas familiar passaram a ter a pesca e outras atividades extrativas como principais atividades produtivas, além de trabalhos periódicos na zona rural e urbana da cidade de Manaus.

O conflito se arrastou por décadas. Em 2013, depois de muito embate entre a comunidade e o exército, chegou-se a um acordo. A Concessão de Uso Resolúvel Coletiva (CDRU) estabeleceu novas condições para a “... concessão de direito real de uso na área, por meio do uso coletivo da terra e do respeito às formas de vida da comunidade, com regras claras de compatibilização dos exercícios militares com a utilização da área, sem qualquer restrição aos descendentes ou prazo de utilização” (ARAÚJO, [c.a 2012], p.24).

A história da comunidade, seus conflitos e suas lutas contribuem para o cenário atual. São Francisco do Mainã é uma comunidade promissora, dado seus combativos moradores e sua história de luta, porém o longo período da presença do exército limitou a atividade agrícola e consequentemente as habilidades dos agricultores, que se dedicaram ao extrativismo em detrimento do cultivo da terra.

Em São Francisco, os agricultores são multifuncionais, pois, além de desenvolverem atividades extrativas, buscam complementar a renda com atividades temporárias, os chamados “bicos” em propriedade rural e urbanas³. Esses agricultores possuem uma relação de “servir-se da cidade, serviu servilmente a ela” (BRANDÃO, 2010, p. 349).

Um dos primeiros desafios de uma política de desenvolvimento para a comunidade seria criar, articular o potencial humano com o potencial do ambiente, com a articulação de ações que

¹ Sr. Joaquim da Silva, Comunidade São Francisco. In: Nova Cartografia Social, 2011, p.8.

² Sr. Nilson Pereira, Comunidade São Francisco. In: Nova Cartografia Social, 2011, p.7.

³ São atividades de caráter urbano, como construção civil, serviços domésticos e o famoso “bico”, que envolve diversas atividades rotineiras em outros estabelecimentos, tanto rurais como urbanos.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

envolve o pouco, mas existente, conhecimento agrícola, com demandas da cidade, com a produção de hortaliças, frutas e manejo de culturas extrativistas, como forma de aproveitar o grande mercado da região metropolitana, como, por exemplo, fortalecendo a atividade como o turismo para atender às demandas urbanas. Não é possível pensar que os moradores irão se especializar em somente uma ou outra atividade. Nessa comunidade há diversas *expertises*, e estas precisam ser potencializadas.

Os tamanhos das famílias que vivem na comunidade de São Francisco giram em torno de duas a três pessoas, isso impõe a necessidade de pensar a mecanização como forma de suprir a necessidade de mão de obra nas atividades agrícolas. A educação e a capacitação é um ponto crucial, que precisa ser melhorado nas comunidades. O quadro abaixo mostra uma concentração dos agricultores nas séries do ensino fundamental incompleto, o que dificulta a adoção de tecnologia, que “exige experiência e habilidades não tradicionais (BUAINAIN et al., 2002, p.334).

Quadro 1. Nível de escolaridade.

Comunidade	Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Médio Incompleto		Ensino Médio Completo		Ensino Superior Completo		Não Informado	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Jatuarana	25%	19%	-	4%	6%	6%	-	-	12%	7%
São Francisco do Mainã	59,3%	40,7%			3,1%	3,1%	-	-		9,3%

Fonte: Autores, com base na pesquisa de campo.

Na comunidade de São Francisco, os agricultores desenvolveram ao longo dos anos um conjunto de atividades, como meio de garantir sua sobrevivência. Um elemento essencial para a reprodução são as rendas não agrícolas, como a aposentadoria, que nas duas comunidades atingem 44% das unidades, bolsa família 35%, pensão 12% e auxílio doença 7%, além do seguro-defeso, 37%. O papel do exército mostra a necessidade de fortalecer a atividade produtiva como meio de elevar a renda dos comunitários, visando garantir maior autonomia e ampliar a produção de alimentos, tendo em vista a segurança alimentar dessas famílias. O acesso às rendas não agrícolas fortalece a aquisição de produtos industrializados nos centros urbanos, e que se agrava com o período de proibição de plantios na comunidade.

Os elementos históricos da comunidade de São Francisco do Mainã permitem argumento de que o processo de desenvolvimento rural precisa passar por ações integradas de diversas instituições e organizações. Essas ações precisam ser instrumento para superação das limitações existentes na comunidade. São necessárias ações de comunicação e extensão rural que superem a tendência de “valorizar o aspecto produtivo e desprezar os outros aspectos que envolvem o território e o meio ambiente”. Em uma comunidade marcada pelo abandono e por conflitos com atores do estado, porém dotada de recursos naturais, a função principal do técnico, pesquisador ou agente social é transmitir de “maneira formal e vivencial técnicas de racionalização dos recursos disponíveis no território”, além de “otimizar a cadeia produtiva do ponto de vista econômico e de gestão” (UCHOA; LUZ E SILVA, 2006, p.129).

A superação das limitações históricas, econômicas e sociais da comunidade ribeirinha do Amazonas exige o fortalecimento das organizações comunitárias, e não a associação burocrática e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

com viés econômico, cujo papel principal é garantir os instrumentos legais para comercialização com o estado e o setor privado. É preciso que essas organizações sejam espaços de inovação e criatividade, exercício da postura democrática e respeito à diversidade e que principalmente viabilizem os interesses da comunidade.

A organização social precisa ser um instrumento capaz de fortalecer a identidade de resistência e possibilitar a garantia de seus direitos políticos. Castells (2000, p. 24) diz que

“Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizada pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade”.

O fortalecimento de uma organização com base na identidade de resistência permite a defesa e implementação de estratégia coletiva, tornando os agricultores/ribeirinhos sujeitos de mudança, defensores de seus direitos e superação das condições marginais que se encontram na sociedade.

O desenvolvimento rural de centenas de comunidades amazônicas para o Estado brasileiro não seria essencialmente entendido como “modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo”. O desenvolvimento precisa estar vinculado à ideia de “criação de capacidades, humanas, políticas, culturais, técnicas etc., que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do estado, do mercado e da sociedade civil” (BRASIL, 2013, p.13).

V. Conclusiones

O estudo de uma comunidade de agricultores e ribeirinhos localizados na área rural da cidade de Manaus mostra que há grandes desafios a serem enfrentados para que ocorra o desenvolvimento dessa comunidade. Esses desafios estão relacionado a uma história de participação marginal nos ciclos econômicos, à luta pelo território e a um intenso período de exclusão de políticas e programas de desenvolvimento.

O desenvolvimento endógeno da comunidade objeto do estudo somente será alcançado com a valorização das particularidades e a construção de um formato capaz de valorizar o potencial humano. É importante considerar que o modelo econômico de desenvolvimento na comunidade não agrada mais à juventude, que migra para cidade. Tal processo precisa ser repensado, visando ao desenvolvimento humano da sociedade como um todo.

Para se alcançar o desenvolvimento, é necessário o fortalecimento do protagonismo dos agricultores/ribeirinhos, tornando-os atores centrais no processo de garantia do território, dos direitos e das estratégias de desenvolvimento. É essencial considerar as condições socioeconômicas, como a multifuncionalidade dos agricultores, a redução gradativa da mão de obra na comunidade e envelhecimento da população local. Essas novas condições exigem pensar as introduções de novas políticas de valorização do território, mecanização da produção e programa de incentivo à presença da juventude, além de um massivo programa de educação e capacitação.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. A COMPOSIÇÃO DA VIDA NO BEIRADÃO DO RIO AMAZONAS: MEMÓRIA E IDENTIDADE RIBEIRINHA. 2012. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

ARAUJO JUNIOR, Julio José. A luta de ribeirinhos em meio a guerras na selva: Ação e reflexão pela transformação social e pelo reconhecimento. Ministério Público Federal, Manaus, p.1-41, [ca. 2012]. Disponível em: <www.mpf.mp.br/.../artigo-a-luta-de-ribeirinhos-em-meio-a-guerras-na-selva-final.pdf>. Acesso em: 7 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. DOU de 25/7/2006, Brasília.

BAVA, S.C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.

BUAINAIN, A.M; SOUZA FILHO, H.M.; SILVEIRA, J.M. Agricultura familiar e condicionantes da adoção de tecnologias agrícolas. In: LIMA, D. L. de A. e WILKINSON, J.(org). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo, v. 15, 2002, p. 301-331.

CAMARGO, R. A. L. de; OLIVEIRA, J.T. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. *Ciência Rural*. 2012, vol.42, n.9.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. Ed:Paz e Terra, São Paulo, 2000.

FIorentini, Dario, LOrenzato Sérgio – Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos. Campinas, SP, Autores Associados, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Censo agropecuário. 2006.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. (org.).Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

MACIEL, Paulo Sergio; MACHADO, Waltair Vieira; RIVAS, Alexandre A. F. O impacto da Zona Franca de Manaus - ZFM no desenvolvimento do Estado do Amazonas: a eficácia do modelo. In: XXIII ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO, 23., 2003, Ouro Preto. Anais... . Ouro Preto: Abepro, 2003. v. 23, p. 1 - 8.

MALUF, R. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: Aspectos analíticos e questão de pesquisa. In: LIMA, D. L. de A. e WILKINSON, J. (org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo, v. 15, 2002, p. 301-331.

MENEGHETTI, Gilmar Antonio; SOUZA, Sígilia Regina. A AGRICULTURA FAMILIAR DO AMAZONAS: CONCEITOS, CARACTERIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Revista Terceira Margem Amazônia, Manaus, v. 1, n. 5, p.35-57, 2015. Semestral.

NODA, S. do N. et al. Qualificação profissional de trabalhadores rurais e urbanos para o desenvolvimento sustentado de Pauini, in: NODA, Sandra do Nascimento (org.) *Agricultura Familiar na Amazônia das Águas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 191-206.

NODA, H.; NODA, S. do N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 4, N. 6, Mar. 2003.

NODA, H.;NODA, S. do N.; MARTINS, A. L.U. Segurança Alimentar em Comunidades Tradicionais do Alto Solimões, Amazonas. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife: UFPE, 2007.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- PEREIRA, Henrique dos Santos; VINHOTE, Maria Luana Araújo; ZINGRA, Ana Flávia Ceregatti; TAKEDA, W. M. A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAZONAS: DESAFIOS PARA A INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL. *Revista Terceira Margem Amazônia*, Manaus, v. 1, n. 5, p.59-74, 2015. Semestral.
- POSEY, D. A. Ethnoecology and the investigation of resource management by the Kayapó indians of Gorotire, Brasil. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO I. Volume VI. Belém. EMBRAPA/CPATU. p. 63-70. 1986.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROCHA, Alzileine Teixeira da. GESTÃO DA ÁGUA EM MANAUS: CRIAÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO PURAQUEQUARA. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Métodos Participativos para Agricultura Familiar. In: MONTEIRO, Diôn Márcio Carvalô; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Desafios na Amazônia: Uma nova assistência técnica e extensão rural. Manaus: UFPA/Naea, 2006. Cap. 5. p. 75-102.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SEN, Amartya. A Ideia de Justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA Alvanice Lopes. Puraquequara uma Herança Ameaçada. Conselho Municipal de Política Cultural. ManausCult. Manaus - Edições Muiraquitã, 2010, p. 15-70.
- SILVA, Osiris Araújo da. DEBATE: O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO AMAZONAS. *Revista Terceira Margem Amazônia*, Manaus, v. 1, n. 5, p.240-244, 2015. Semestral.
- UCHOA, G.M.; WAGNER DE DEUS, M.; NODA, S. do N. Configuração da agricultura familiar amazonense na região metropolitana de Manaus (RMM): aspectos culturais e questões ambientais. VII jornada Internacional de Política Pública: Para além da crise global – experiências e antecipações concretas. São Luiz: UFMA, 2015.
- VERGARA, Sylvia C. *Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas, 2009.
- ZAMBAM, Neuro José. Amartya Sen: Liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável. Passo Fundo: IMED, 2012